



VIII



MERCOSUL/RAADHH/ATA GT DISCRIMINAÇÃO, RACISMO E XENOFOBIA 04/08

Realizou-se na cidade de Brasília/DF, Brasil, no dia 10 de novembro de 2008, o Seminário Afro-descendentes no Mercosul e Países Associados no âmbito da Reunião do Grupo de Trabalho Sobre Discriminação, Racismo e Xenofobia, com a presença das delegações: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai como Estados Membros e Chile, Bolívia, Colômbia e Venezuela como Estados Associados.

A lista de participantes está contida no **Anexo I** desta Ata.

O Programa do Seminário está reproduzido no **Anexo II**.

Abertura:

A abertura do evento foi realizada pelo Ministro Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República do Brasil. Foi ressaltada a importância da discussão sobre a situação dos afro-descendentes para os países e povos da região.

Saudou os representantes do Chile, Venezuela, Bolívia, Uruguai, Colômbia, Argentina e Paraguai congratulando os presentes pela iniciativa que tem objetivo de criar um ambiente mais saudável, tolerante para os povos da região.

A delegação brasileira destacou que a eliminação das barreiras sociais, especialmente as étnico-raciais, para negros e indígenas, é um dos grandes desafios da região. O Governo brasileiro está comprometido com a questão e urge para que as diferenças culturais entre os países possam ser dirimidas, com vistas a avançar no tema racial.

No intuito de avaliar esforços contra a discriminação na região, o Governo brasileiro propõe a criação de índice de igualdade racial. Considera também como fundamental para o avanço do tema o estabelecimento de planos para igualdade racial nos países e o estímulo à cooperação internacional, sendo o GT o espaço para isso. É necessário realizar o acompanhamento jurídico das leis e criar materiais didáticos, para a realização de uma campanha regional que

14



120

leve à conquista da igualdade e acesso por essas populações aos mesmos bens que a comunidade na região desfruta.

Painel 1: Conferência de Revisão de Durban : Resultados da Conferência Regional da América Latina e Caribe e da II Reunião do Comitê Preparatório

A delegação brasileira apresentou um breve relato do processo da Conferência de Revisão de Durban. A Conferência Regional da América Latina e Caribe Preparatória para a Revisão de Durban foi a primeira a ocorrer e a única que contou com o fórum da sociedade civil. A Conferência Regional produziu um documento final dividido em cinco partes.

A primeira parte tratou dos avanços e desafios da implementação das ações do Plano de Durban, analisou aspectos como as legislações nacionais dos países da região, programas específicos para prevenir, investigar, julgar e sancionar casos de discriminação, necessidade de avanço na produção de indicadores sobre desigualdade racial, assegurar os direitos dos afrodescendentes, imigrantes, além de outros grupos vítimas de discriminação;

A segunda parte tratou da avaliação, de forma construtiva, dos resultados dos mecanismos de seguimentos Durban, reconhecendo a importância destes mecanismos e a necessidade de aperfeiçoamento.

A terceira parte fez um apanhado das boas práticas da América Latina e Caribe que pudessem servir à cooperação internacional, sendo replicada em outros países.

A quarta parte refere-se ao caminho a seguir na perspectiva de políticas que contemplem raça, gênero e a redução da violência motivada por homofobia.

Na segunda Reunião do Comitê Preparatório, deu-se início ao processo de negociação do documento final que será apresentado na Conferência de Revisão de Durban, a ser realizada em abril de 2009, em Genebra. As negociações foram complicadas, primeiro porque somente as regiões da América Latina e Caribe e da África fizeram as suas conferências regionais, enquanto as demais apenas enviaram contribuições por escrito; além disso, Estados Unidos e Canadá se



retiraram do processo e não estão mais participando da Conferência de Revisão de Durban. O processo foi muitas vezes interrompido por algumas delegações, no intuito de obstruir o seguimento das discussões substantivas.

Os pontos principais de obstáculo para o avanço da discussão foram: a situação da população palestina, o que provocou a saída dos Estados Unidos e Canadá; a discussão do direito sobre a orientação sexual, pois vários países africanos asiáticos são veementemente contra; o tema da intolerância e difamação religiosa; as reparações defendidas por alguns países africanos e a oposição dos países da União Européia; por fim, o contraste na visão da União Européia em prol da racionalização dos mecanismos de seguimento de Durban e a posição construtiva de outras delegações.

As medidas para superar estes obstáculos seriam: a atuação dos países do MERCOSUL em bloco para garantir que o processo de revisão de Durban prossiga; que os países consultem a sociedade civil e incluam suas contribuições na elaboração do documento final.

A sociedade civil ressaltou a dificuldade de participar do processo preparatório da conferência de revisão. Destaca a falta de acesso a recursos que possibilitem maior participação das organizações sociais. Durante a Reunião do Comitê Preparatório em Genebra, as oportunidades de intervenção da sociedade civil foram limitadas e, então, foram priorizadas as reuniões em paralelo com representantes de governo para tentar garantir os pontos que consideravam importantes.

Como reivindicações, a sociedade civil apresentou alguns pontos:

- estreitar relação entre sociedade civil e os Governos para um diálogo aberto sobre a construção do documento final de Durban;
- realizar um fórum de organizações sociais para construir um documento paralelo para espelhar o que a sociedade espera do governo para ser apresentado na conferência.
- credenciar a sociedade civil nas delegações de governo para reforçar o papel dessas organizações.

Após a apresentação inicial, a delegação da Argentina ressaltou que a inserção do tema homofobia nas negociações em seu país também foi alvo de debates e que está sendo construído, em conjunto com a sociedade civil, um plano que contemple o tema.



122

A delegação do Uruguai informou que seu país também está fazendo consulta à sociedade civil contemplando o tema da diversidade sexual.

A delegação do Chile apontou a necessidade de se construir uma visão integral sobre a concepção do que é discriminação, bem como sobre o que é direitos humanos, tendo em consideração a universalidade e interdependência dos direitos civis e políticos, bem como dos econômicos, sociais e culturais.

Os representantes da sociedade civil solicitaram que:

- os representantes dos governos presentes voltassem a seus países e reforçassem a importância da participação da sociedade civil nas delegações governamentais para Reuniões do Comitê Preparatório. A ausência dessas delegações nessas reuniões fortalece aqueles que querem interromper o processo;
- os países do MERCOSUL tenham questões fechadas com antecedência. As delegações não podem limitar-se a intervenções secundárias ou de não essência. Atuando como bloco, tem-se que atuar conjuntamente e garantir a presença das vítimas de racismo no processo de Revisão de Durban.
- fossem ampliadas as oportunidades de comunicação entres os países do MERCOSUL e as organizações sociais;
- fosse considerada a transversalidade de gênero.
- os países reconhecessem a importância de envolver neste processo redes que já estão mobilizadas e trabalham com a questão da imigração e que podem ser utilizadas para a articulação de políticas públicas.
- que atentassem também para a necessidade de se repensar a linguagem utilizada como estratégia de minimizar as resistências.

Painel 2 : « Agenda do Grupo de Trabalho »

1- Propostas de Trabalho Educação anti-racismo no Mercosul

A painelistas da sociedade civil brasileira destacou a importância de os dirigentes do MERCOSUL considerarem os diferentes saberes presentes em seus países que contribuiriam para a formação de sua identidade, com objetivo de estabelecer novas práticas pedagógicas.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena e as Diretrizes



Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de 2004, também têm como principal ação a valorização da população negra, subsidiando o trabalho dos gestores em educação. Mesmo com o aporte legal, ainda persiste o baixo nível de escolaridade da população negra o que resulta também na exclusão no mercado de trabalho; isso demanda tratar as políticas públicas de ações afirmativas na educação como ações prioritárias.

Embora a painelistas reconheça as inúmeras ações isoladas de promoção da equidade racial articuladas pela sociedade civil, ela destaca que somente as políticas públicas são capazes de efetivamente transformar a realizada brasileira.

A painelistas fez uma análise das políticas públicas desenvolvidas pelo ministério da educação no período compreendido entre 2004 e 2006 destacando a importância da criação da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, que concentrou algumas demandas que estavam pulverizadas em outras secretarias e tem como objetivo elaborar e implementar políticas públicas educacionais em prol das chamadas minorias e a importância das parcerias de cooperação técnica firmadas entre o MEC, as Secretarias de Educação municipais e estaduais, os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros das universidades federais e estaduais e algumas organizações sociais não governamentais para a realização de:

- a) pesquisas sobre inserção de jovens negros no mercado de trabalho, religiosidade, educação em comunidades rurais e permanência da população negra no ensino superior;
- b) jornadas de trabalho para inserção das diretrizes curriculares nacionais à educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas;
- c) apoio financeiro à implantação de Projetos Inovadores de Curso - PIC que oferecem curso pré-vestibular para negros;
- d) a criação dos Fóruns Estaduais Educação e Diversidade Étnico Racial;
- e) implementação do Portal Unidade na Diversidade para capacitação à distância na temática racial para professores;
- f) a criação do Projeto A Cor da Cultura e do Programa Salto para o Futuro: repertório Afro-brasileiro na escola e Valores afro-brasileiros na Educação;
- g) a implementação do Programa Cultura Afro-brasileira que ofereceu apoio técnico e financeiro para prefeituras com áreas de remanescentes de quilombos.



124

h) a implementação do Programa Diversidade na Universidade que tem como objetivo a inclusão social com recorte étnico-racial.

A painelistas encerrou a sua apresentação ressaltando a importância dessas ações que ainda estão em fase de desenvolvimento e a importância de, no futuro, analisar o seu impacto. Ressaltou também a importância de superar o baixo preparo dos gestores para o trato de problemas sociais brasileiros, principalmente os que tratam da questão racial e chamou à responsabilidade as universidades do MERCOSUL para a geração de novos intelectuais comprometidos com a temática étnico-racial.

A delegação argentina relatou o convênio firmado com editoras privadas para a inclusão de história dos afrodescendentes nos livros didáticos.

A delegação do Uruguai destacou as implicações da discriminação e do racismo na educação. Apontou a importância do reconhecimento da diversidade cultural e a necessidade de um maior estudo sobre questões étnico-raciais e que, sendo nossa sociedade fruto de uma educação eurocêntrica é comum se reproduzir nas relações que se travam dentro do universo escolar vários preconceitos, mesmo que inconscientemente. A delegação ressalta também os efeitos da discriminação e da homogeneização. A primeira por marginalizar grupos, a segunda por desapropriar e desconsiderar as formas de vida desses grupos.

Ao abordar a realidade do Uruguai, a delegação apontou um estudo do Instituto Nacional de Estatísticas que ao verificar a evasão escolar com recorte racial observou um percentual de jovens negros significativamente superior ao dos jovens não negros. Um outro estudo apontado foi sobre a Implicação do Racismo no Sistema Educativo, que revelou que em torno de 75% e 80% das crianças negras na escola são pobres e que duas de cada três crianças negras possuem uma auto-estima fragilizada e um grau de desvalorização de si própria.

Considerando esta realidade, o Ministério de Educação e Cultura - MEC estaria engendrando esforços para implementar uma educação inclusiva baseada na importância da diversidade. A exemplo da Lei Geral de Educação que está em discussão parlamentar e considera em seu 11º artigo a diversidade e inclusão educativa.



125

Outra iniciativa do MEC apresentada pela painelista é a publicação de uma nova edição do Guia dos Afro-descendentes, um trabalho da organização Mundo Afro em parceria com a UNICEF e que trata da situação dos afro-descendentes na América Latina e Caribe, sobre gênero e etnia, da interpretação dos dados estatísticos, e da construção de uma linguagem não discriminatória. Outro exemplo dado foram as bolsas de estudos "Quijano" de Pós-Graduação, oferecidas pelo MEC com recorte étnico-racial.

Tendo em conta os compromissos assumidos pelos Estados na Conferência Mundial da ONU contra o racismo, destacou a painelista, surgiu a iniciativa de trabalho em conjunto entre o Grupo de Trabalho Educação em Direitos Humanos do MERCOSUL e o grupo de trabalho sobre discriminação, racismo e xenofobia.

No segundo ponto tratado no painel II a painelista integrante da delegação brasileira considerou os dados do IPEA que falam dos 68 anos de defasagem em que se encontra a população negra em relação à população a branca e apontou como uma boa prática a necessidade rever os orçamentos públicos destinados a políticas de ações afirmativas ressaltando que nos últimos anos o governo tem investido menos que nos anos anteriores.

A painelista resgatou os compromissos assumidos em Durban como um instrumento que legitima as reivindicações de orçamento público para promoção da igualdade racial inclusive por meios jurídicos. Enfatiza, ainda, que os instrumentos legais para promoção de políticas de ações afirmativas existem, e o que falta, segundo ela, são medidas eficazes.

3- Informes sobre a elaboração do anteprojeto da Convenção Interamericana Sobre Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância/OEA

A delegação brasileira apresentou um informe sobre a realização da Sessão Especial do Grupo de Trabalho Encarregado da Elaboração do Ante-projeto da Convenção Interamericana Sobre Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância no âmbito da Organização dos Estados Americanos. Ressaltou a importância da presença de todos os países do Mercosul no evento, posto que ele terá como objetivo dirimir dificuldades técnicas do documento ora em discussão. Relembrou ainda a decisão tomada na reunião anterior sobre a



realização de um seminário no âmbito do Mercosul, com a finalidade de discutir aspectos técnicos tais como as principais definições contidas no documento e os mecanismos de implementação.

A delegação do Chile ressaltou que é necessário que o Mercosul consiga efetivamente discutir questões substantivas do ante-projeto e a realização do seminário poderá ser uma oportunidade importante para isso.

A delegação venezuelana mencionou a criação de uma Comissão Presidencial para a eliminação da discriminação racial no sistema educacional, presidida pelo Ministro da Educação. O referido Ministro destacou o tema dos indicadores para dar visibilidade à discriminação contra os afrodescendentes, assim como conteúdos para incluir nos programas de estudos.

A delegação da Venezuela também mencionou a necessidade de envolver os meios de comunicação na luta contra a discriminação racial, de gênero e por orientação sexual.

Painel 3 - « Os indicadores de igualdade no Brasil »

A representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (Brasil) apresentou os indicadores sobre a desigualdade no Brasil e ressaltou que o Instituto está há mais de dez anos se empenhando na construção de indicadores sobre a temática racial.

A delegação do Chile ressaltou a importância de o MERCOSUL incorporar a utilização dos indicadores, destacando a questão de gênero e acesso a justiça.

A delegação brasileira ressaltou sobre a importância de assegurar a presença nestes espaços de pessoas e organismos que trabalham com a construção de indicadores que permitam fundamentar as políticas de ações afirmativas nos países do MERCOSUL. Ressaltou, inclusive o significado desses dados e como eles podem servir para a construção de uma agenda comum entre esses países. Como proposta, destacou que nos próximos encontros do Grupo de Trabalho se possa garantir a presença de pesquisadores de todos os países representados.

A delegação da Argentina relatou o trabalho que está realizando para a inclusão da variável étnico-racial no censo 2010.



Painel 4 « Eixos para uma estratégia de Trabalho no GT Racismo, discriminação e Xenofobia »

A delegação brasileira apresentou as políticas de ações afirmativas sob a perspectiva da gestão pública. Explicou o funcionamento da Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial como um órgão administrativo que possui suas ações orientadas por duas áreas: ações afirmativas voltadas para as áreas urbanas das grandes regiões metropolitanas e políticas voltadas para comunidades tradicionais.

As referências para o plano de atuação da SEPPIR são:

- Conferência de Durban
- Conferência Nacional de Políticas de igualdade racial - CONAPIR
- Plano Plurianual de Trabalho da SEPPIR
- e o Plano Nacional de Políticas da igualdade racial - PLANAPIR, que tem como base as resoluções da CONAPIR e que foram sistematizadas em 8 eixos, dos quais 5 se referem aos temas educação, mercado de trabalho, justiça, saúde e habitação, e 3 se referem a públicos alvo, que são mulheres, jovens e crianças e adolescentes.

A delegação brasileira ressaltou que a SEPPIR não é executora de políticas de ações afirmativas, e sim que seu papel é articular e coordenar essas políticas em diálogo com outros ministérios e organismos. Como sugestão para o plano de trabalho, destacou a importância de se trabalhar com base nos indicadores de resultados das ações universalistas e a partir daí pensar ações afirmativas. Sugeriu, ainda, focar essas ações nos cinco eixos temáticos priorizados pela CONAPIR.

A delegação da Argentina recordou que o Grupo de Trabalho Discriminação, Racismo e Xenofobia engloba outros temas como imigração, povos indígenas, entre outros e apresentou como proposta:

- que na próxima reunião do Grupo de Trabalho Discriminação, Racismo e Xenofobia se coloque em pauta os indicadores relacionados à população afro-descendente.
- propor um material comum sobre a presença afro-descendente nos países que contemple questões como a sua história e os dados estatísticos para fundamentar ações afirmativas. Este material poderá ser utilizado com fins educativos e legais.



128

A delegação do Uruguai ressaltou a importância de utilizar os dados disponíveis no formulário preenchido para a reunião anterior que apresentam informações estatísticas, legislativas, jurisprudências e políticas de ações afirmativas em cada país. Ressaltou também a importância do trabalho em conjunto com o Grupo de Trabalho de Educação em Direitos Humanos que pode ter como resultado um material didático. Para finalizar, apontou a necessidade da construção de um consenso para a Conferência de Revisão de Durban e a possibilidade de construção de um ante-projeto de uma Convenção Interamericana.

A delegação da Venezuela ressaltou a importância em se utilizar os indicadores na fundamentação do trabalho dos grupos e para discussão entre os técnicos.


Pela República Federativa do Brasil


Pela República Argentina


Pela República do Paraguai

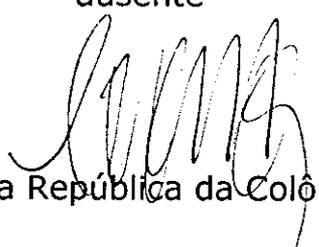

Pela República Oriental do Uruguai


Pela República Bolivariana da Venezuela


Pela República do Chile

Pela República do Peru
ausente


Pela República da Bolívia


Pela República da Colômbia

Pela República do Equador
ausente